



CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO ESTADO DA PARAÍBA

RELATÓRIO DE AUDITORIA ACERCA DO ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS E ASPECTOS MAIS RELEVANTES DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS DE 2020 DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 13ª REGIÃO – CRP PB.

Aos Ilmos. Srs.

Conselheiros, Diretores e demais Administradores do

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – 13º REGIÃO/PB

Administração Regional da Paraíba - CNPJ(MF) 00.860.543/0001-89

Endereço: Rua Universitário Carlos Marcelo Pinto, 92, Torre – CEP.: 58.040-350

João Pessoa/PB

Ref.: Relatório de Auditoria Forma Longa do
Conselho Regional de Psicologia da 13ª Região –
CRP PB.

Prezados Senhores,

Havendo concluído nesta data o estudo e avaliação dos controles internos adotados pelo **CRP 13** acerca dos itens mais relevantes do ponto de vista de exposição ativa ou passiva, indispensável à formação de nossa opinião inerente à fidedignidade e tempestividade dos registros dos atos e fatos contábeis em 2020, queremos:

Informar que nosso trabalho é composto por macro atividades, subdivididas em trabalho de campo e de escritório (na proporção de 70%x30%), o qual foi iniciado pela definição da equipe de auditores com experiência em trabalhos correlatos e de mesma complexidade, e da avaliação de possíveis ameaças a independência em decorrência de conflitos éticos preconizados nas NBC PA's, e prosseguindo mediante o planejamento geral do trabalho determinado nas NBC TA's 300 a 330, efetuado através de: (A) Aplicação do Questionário de Avaliação de Riscos e Realização de Entrevistas com a Governança Corporativa e de Tecnologia da Informação ligados aos macroprocessos que originam ou consomem caixa ou equivalentes; (B) Análise dos Melhores Referenciais elegíveis para fixar Materialidade Individual e Coletiva no Trabalho e (C) Respostas do Auditor com Procedimentos para Mitigação dos Riscos. Tudo planejado de modo a viabilizar o melhor desempenho da equipe durante a execução das atividades de estudo e avaliação dos controles internos o qual será o fundamento para fixação da extensão e profundidade do procedimento de auditoria bem como da melhor oportunidade e circunstância a ser aplicado.

Enfatizar que o relatório anexo preconizado no Termo de Referência integrante do Edital de Pregão Eletrônico nº 09/2020, é o resultado de exames procedidos por amostragem e que por isso mesmo não tem a finalidade nem a pretensão de arrolar falhas individuais ou institucionais, mas tão somente destina-se a sinalizar para Diretoria a necessidade de aprimoramento em algumas áreas ou procedimentos, visando a tornar, as informações contábeis aptas ao arrimo das decisões gerenciais, e não apenas um documento de cunho burocrático, para aferir, após termo, o desempenho de uma gestão.

Patentear nossa gratidão pela total cooperação recebida indistintamente de todos os setores e colaboradores que nos propiciaram acesso às imprescindíveis informações, sem as quais não lograríamos êxito em nosso intento.

AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O


Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9

Índice

1. INTRODUÇÃO.....	3
1.2 METODOLOGIA.....	4
1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM.....	4
1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO.....	4
1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS.....	4
1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS.....	6
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA	7
2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS	7
2.2 MATRIZ DE RISCO.....	9
3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS	10
4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS	17
5. ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	18
6. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS	19
7. DIÁRIAS E JETONS	19
8. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	21
9. LICITAÇÕES	21
10. OUTROS ASSUNTOS	23
11. CONCLUSÃO	23

1. INTRODUÇÃO

Este relatório tem por finalidade precípua comunicar a Diretoria do **Conselho Regional de Psicologia – CRP PB**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos, notadamente na área contábil, portanto aludido relato consigna informações decorrentes do exame realizado mediante análises e verificações que efetuamos no Exercício Social de 2020, cujo trabalho foi efetuado por Contadores com experiência específica em auditoria de Conselhos de Fiscalização Profissional com personalidade jurídica de direito público, regidas pela lei 4.320/64, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, observando rigorosamente ao que preceitua a Resolução CFC nº 821/1997, e seguintes que aprovaram as Normas Brasileiras de Contabilidade – Profissionais em Auditoria - NBC PA.

Todo o trabalho foi planejado e efetuado consoante as Normas Brasileiras de Contabilidade, mediante metodologia e procedimentos de auditoria preconizados nas Resoluções de nºs 1.203 a 1.235 que aprovaram as Normas de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis NBC TA, com nova estrutura determinada pela resolução nº 1.328 editada em 18/03/2011 pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Iniciamos nosso serviço, através do planejamento do trabalho, fixamos o escopo, procedemos ao estudo e avaliação dos controles internos em uso, e com base no grau de credibilidade que atribuímos aos mesmos, pudemos estabelecer a oportunidade, a extensão e a profundidade dos procedimentos de auditoria a serem aplicados. Por amostragem estratificada cientificamente, efetuamos testes de substância e de observância, os quais implicaram na validação dos saldos e na revisão analítica de seus negócios e operações, dentre tantos outros procedimentos desenvolvidos, sem que nenhum óbice ou restrição, tenham sido impingidas à consecução dos mesmos, cuja síntese dos fatos mais relevantes e algumas sugestões de aprimoramento aos controles internos, e identificando as áreas susceptíveis e que apresentam riscos relativos atribuídos a partir da “matriz de risco” decorrente da análise vertical do balancete patrimonial encerrado em 31 de dezembro do exercício sob exame.

Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da Autarquia auditada, dentro de um cronograma de trabalho antecipadamente estabelecido, foram por nós analisados e, sempre que julgado necessário indicamos sugestões objetivas para seu aperfeiçoamento ou implantação. Como procedimentos primordiais de evidenciação da auditoria, verificamos a eficácia, eficiência e efetividade dos sistemas e subsistemas de controle interno bem como a segurança e confiabilidade das transações representadas na sistemática contábil.

1.2 METODOLOGIA

A concepção de um Plano de Auditoria tecnicamente otimizado, pressupõe um planejamento detalhado, consistente na programação e execução de exames adequados de auditoria, os quais dependem do grau de entendimento que se tem das atividades-meio e atividades-fim, bem como do perfeito conhecimento da estrutura organizacional e societária de entidade a ser auditada.

O Programa Padrão de Auditoria que atualmente norteia o planejamento de nossos serviços é o resultado de mais de 40 anos de experiência e aprimoramento profissional bem como do foco na legislação pertinente à matéria, principalmente no que tange as Normas Brasileiras de Auditoria Independente das Demonstrações Contábeis (NBC-TA, preconizadas em 33 Resoluções do CFC de nºs 1.203 a 1.235/2009) e Normas Profissionais de Auditoria Independente (NBC-P-1 aprovada pela resolução nº 821/97) reconhecidas no meio profissional de auditoria como principal referência doutrinária.

1.3 TÉCNICAS DE ABORDAGEM

Nossos trabalhos foram conduzidos através da NBC TA 530 – Amostragem em Auditoria, com a finalidade de racionalizar e dar maior efetividade a metodologia a ser utilizada. Dentre nossa abordagem podemos destacar a “Amostragem Sistemática Específica” que é uma técnica não estatística determinativa da seleção de uma quantidade de registros a serem selecionados e analisados, bem como o intervalo da seleção; a de “Seleção de Auditoria” que determina quantos registros serão selecionados e os números aleatórios aos quais devem estar associados; a de “Amostragem por Funções e Atributos” na qual os itens são selecionados a partir da pesquisa sobre a presença de determinados atributos e, finalmente, a de “Amostragem Através de Unidades Monetárias” onde é estabelecido o mínimo de valores de itens monetários em relação à sua totalidade dentro de um risco cabível e grau de confiabilidade desejado.

1.4 FONTES DE INFORMAÇÃO

Nosso trabalho foi exclusivamente desenvolvido com base nas informações e documentos fornecidos pelo Conselho. Portanto, a existência de outros documentos e/ou informações, que porventura não tenham sido fornecidas podem alterar as conclusões constantes neste relatório.

Destacamos que este relatório não suporta qualquer representação judicial ou prova perante terceiros. As informações constantes neste relatório destinam-se aos administradores da Autarquia contratante, sendo preconizada a sua confidencialidade, não podendo ser utilizado por terceiros sem a prévia anuência formal da **AUDIMEC**.

1.5 ESTUDO E AVALIAÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

Os controles internos de uma entidade são um conjunto de normas, procedimentos, métodos e critérios adotados para salvaguardar seus ativos, e quantificar e qualificar seus passivos com relativa exatidão, visando à promoção da confiabilidade e tempestividade dos seus registros contábeis a serem

consignados em suas Demonstrações Contábeis, bem como de assegurar sua eficiência, eficácia e efetividade operacional na direção da tão almejada economicidade.

Desta forma, todo bom trabalho de auditoria deve iniciar-se pelo estudo e avaliação dos controles adotados pela entidade, a fim de que com base no grau de credibilidade e segurança proporcionado por eles, possamos estabelecer a profundidade e extensão dos procedimentos de auditoria a serem aplicados bem como a ocasião mais propícia para sua aplicação.

ÁREAS DE MAIOR SUSCETIBILIDADE

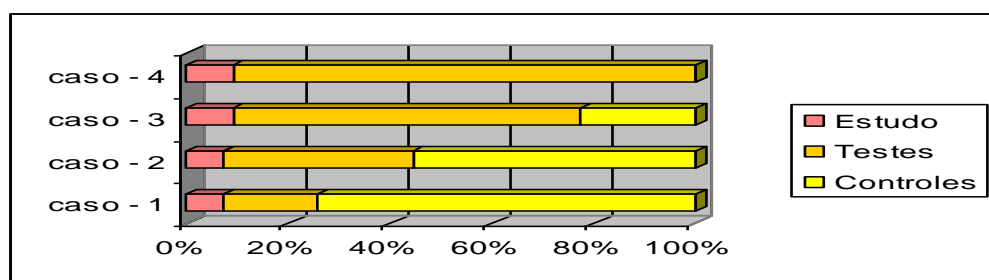
Este é o primeiro subproduto gerado pelo estudo e avaliação dos controles internos, e consistiu basicamente de uma relação contendo áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo de transações do ponto de vista de exposição ativa e passiva.

Todo o planejamento do trabalho e dos procedimentos de auditoria aplicados foi respaldado nestas áreas chaves, ou pontos de maior risco, visando à racionalização dos testes em prol do bom senso e esmero profissional que perseguimos.

AMPLITUDE DA AMOSTRAGEM

Os testes de amostragem são um conjunto de técnicas que nos permitem obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações contábeis sob exame e abrangem testes de observância e de substância, os quais foram aplicados de conformidade com os resultados do Estudo e Avaliação dos Controles Internos, de forma inversamente proporcional.

Gráfico de Estudo e Avaliação dos Controles Internos:



Assim sendo quanto maior o grau de credibilidade atribuído aos controles internos; menor foi a profundidade da amostragem efetuada, e vice-versa.

TIPOS DE TESTES IMPLEMENTADOS

✓ Testes de Observância:

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os controles internos previamente estudados e avaliados estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários e diretores da entidade auditada.

✓ **Testes de Substância:**

Os testes de substância nos permitem evidenciar a suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas, contábil e administrativo, os quais se subdividem em teste de transação e saldos, e procedimentos de revisão analítica.

1.6 PRINCIPAIS PROCEDIMENTOS DE AUDITORIA APLICADOS

Auditoria das demonstrações contábeis/orçamentária:

- Circularização de saldo e/ou operações com terceiros (advogados, registrados, fornecedores, banco, etc);
- Revisão analítica das demonstrações contábeis;
- Discussões sobre contingências e análise de eventos ou transações relevantes e seus efeitos nas demonstrações contábeis;
- Revisão dos cálculos e valores das cotas transferidas ao Conselho Federal e Regionais;
- Revisão analítica mensal dos valores contábeis relativos às contas patrimoniais, de superávit e déficit.
- Teste de adições e baixas do ativo permanente;
- Verificação dos registros contábeis de acordo com o regime de Exercício, conforme artigo 35 da Lei n.º 4.320/64;
- Entrevistas com dirigentes e funcionários das áreas administrativas e operacionais do Sistema CFP/CRP;
- Verificação da liquidação subsequente (pagamentos e recebimentos);
- Análise da adequação dos procedimentos contábeis em conformidade com a Lei n.º 4.320/64 e instruções emanadas pelo Tribunal de Contas da União em seus diversos acórdãos (Instrução Normativa – Tribunal de Contas da União n.º 63 de 01/09/2010);
- Análise dos saldos na data base, para determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição e se estas têm relação com as atividades que constituem os objetivos do Sistema CFP/CRP.
- Teste documental das contas de despesas que não se correlacionam com as contas patrimoniais – teste de voucher, por exemplo – análise da documentação suporte,
- Exame de relatórios existentes;
- Acompanhamento de ações relativas ao encerramento do exercício, bem como os procedimentos legais inseridos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP;
- Verificação da documentação suporte;
- Verificação se os procedimentos dos registros contábeis atendem aos Princípios Fundamentais de Contabilidade e legislação aplicável;
- Verificação se os procedimentos contábeis de encerramento do exercício apresentam fidelidade e consonância com os registros das demonstrações contábeis mensais;
- Exame de conciliação das contas; Exame do balanço patrimonial e de suas demonstrações complementares, a fim de observar às normas legais e às principais técnicas na sua elaboração;
- Revisão das conciliações das contas;
- Verificação dos controles existentes;
- Revisão dos saldos finais;
- Análise dos saldos visando determinar sua razoabilidade quanto à origem e composição.

- Outros procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações Contábeis/Orçamentárias.

Planejamento de Ações e Metas (Auditoria de Gestão)

- Verificação da execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira é correspondente ao planejamento anual;
- Verificação das alterações do planejamento se estão de acordo com a Proposta Orçamentária;
- Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos;
- Avaliação quantitativa e qualitativas da gestão.
- Outros Procedimentos complementares que são necessários para análise e verificações das informações da auditoria de gestão.

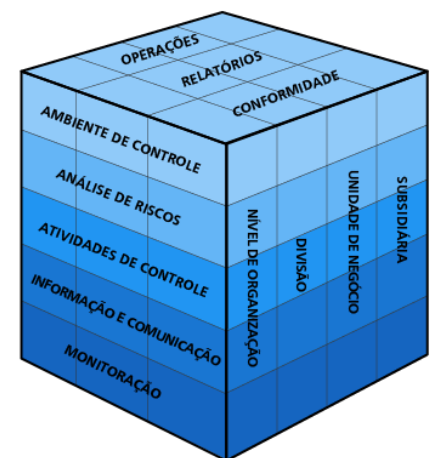
2. RESULTADO DAS ANÁLISES DE AUDITORIA

Como resultado dos nossos trabalhos de auditoria, planejado e executado em consonância com o escopo e abrangência dos trabalhos preconizados no Termo de Referência, Anexo I ao Edital, adaptamos o Programa Padrão de Auditoria, sendo que apresentamos a seguir os pontos identificados.

2.1 MELHORIA NA ESTRUTURA DE CONTROLES INTERNOS

Segundo o COSO, controle interno é um processo constituído de 5 elementos, que estão inter-relacionados entre si e presentes em todos os níveis da organização com foco em três objetivos: operacionais, assegurar relatórios financeiros confiáveis e assegurar conformidade legal/regulatória. Os 5 elementos são:

- Ambiente de Controle
- Avaliação e Gerenciamento dos Riscos
- Atividade de Controle
- Informação e Comunicação
- Monitoramento



O CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DA 13ª REGIÃO (CRP-13) é uma autarquia federal sem fins lucrativos, de interesse público, com poder delegado pela União para normatizar, orientar, disciplinar e fiscalizar o exercício e as atividades profissionais, em defesa da sociedade.

A partir desse preâmbulo acerca de sua implementação e das especificidades locais a que está submetido, é possível ter noção da complexidade em se implementar uma estrutura de controle interno que atenda em sua plenitude os elementos que constituem o processo.

Não obstante os desafios que se apresentam, a partir da análise das informações repassadas, bem como do entendimento acerca dos procedimentos adotados pelo Conselho, com base tanto na análise

documental, quanto em reuniões com a equipe de gestão dos departamentos, pudemos avaliar o nível de controle interno aplicado.

Nessa senda, o grande desafio que se apresenta ao Regional é buscar desenvolver desde já uma cultura organizacional de excelência, focada em entregar às partes interessadas um produto ou serviço de alto valor agregado, prezando sempre pelos princípios que regem a administração pública.

Assim, é imperioso que a governança da autarquia implemente e desenvolva ações efetivas para, a partir de mapeamento dos processos inerentes à atividade do Conselho, se busque identificar os riscos a que se está submetido, a fim de que sejam implementadas ações de controle que visem a mitigar a probabilidade desses riscos se materializarem e garantam o alcance dos objetivos estratégicos por parte do Regional.

2.2 MATRIZ DE RISCO

A partir de uma análise da relevância dos saldos contábeis levantados em 2020, sob exame, bem como da análise dos relatórios existentes, elegemos as áreas de maior risco operacional e volume quantitativo e qualitativo (análise horizontal) de transações, e de proporção dos saldos (análise vertical) do ponto de vista de exposição ativa.

Tal procedimento resulta da análise vertical e horizontal procedida que apresentamos de forma sintética, visando a melhor elucidação das considerações tecidas acerca dos dados coligidos e conseqüentemente da “matriz de risco” considerada a partir de tais informações, conforme exemplificado abaixo:

CRITÉRIOS DE IMPACTO		Matriz de Riscos				
Orçamentário	Grande 5	5	10	15	20	25
Fiscal	Relevante 4	4	8	12	16	20
Estratégico	Moderado 3	3	6	9	12	15
Reputação	Pequeno 2	2	4	6	8	10
Integridade	Insignificante 1	1	2	3	4	5
Operacional		1	2	3	4	5
Gestão						
Regulação						
Processos						
Licitações						
Recursos Humanos						
Contábil						
Serviços						
Fornecedores						
Despesas						
Receitas						

Matriz de Riscos					
	1	2	3	4	5
Rara	< 10%	>=10% <= 30%	30%=30% <= 50%	50%=50% <= 90	>90%
Improvável					
Possível					
Provável					
Quase certo					

PROBABILIDADE

Escala de Nível de Risco	
Níveis	Pontuação
RC - Risco Crítico	13 a 25
RA - Risco Alto	7 a 12
RM - Risco Moderado	4 a 6
RP - Risco Pequeno	1 a 3

Risco de Exposição e Variação		
Numérica	Descritiva	Impacto
1% a 10%	Risco Baixo	Os riscos possuem conseqüências pouco significativas, reversíveis em curto e médio prazo com impactos pouco significativos;
11% a 20%	Risco Relativo	Os riscos possuem conseqüências reversíveis em curto e médio prazo com impactos baixos;
> 20%	Risco Alto	Os riscos possuem conseqüências reversíveis em curto e médio prazo com impactos altos, irreversíveis ou com custos inviáveis.

3. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS ATIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETO AS MESMAS

3.1 ATIVO CIRCULANTE

O ativo circulante representa **33,1%** do saldo total do ativo considerando os atributos advindos da matriz de risco ponderada, as contas que integram o referido grupo foram objeto de exame por amostragem diretamente proporcional ao grau de risco.

Referido grupo do ativo, congrega os seguintes subgrupos:

ATIVO	SALDOS		Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO		
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)			R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	1.361.952,23	33,1	1.276.912,00	30,8	85.040,23	6,7	Alto	Baixo
Caixa e Equivalentes de Caixa	433.895,68	10,5	90.616,54	2,2	343.279,14	378,8	Relativo	Alto
Créditos a Curto Prazo	910.515,34	22,1	1.186.295,46	28,7	-275.780,12	-23,2	Alto	Alto
Anuidades do Exercício PF	-	0,0	-	0,0	-	-	Nulo	Nula
Anuidades do Exercício PJ	-	0,0	-	0,0	-	-	Nulo	Nula
Anuidades de Exercícios	872.336,02	21,2	1.145.530,65	27,7	-273.194,63	-23,8	Alto	Alto
Anuidades de Exercícios	25.400,05	0,6	27.354,48	0,7	-1.954,43	-7,1	Baixo	Baixo
Receitas Arrecadadas	12.779,27	0,3	13.410,33	0,3	-631,06	-4,7	Baixo	Baixo
Demais Créditos e Valores a Estoques	650,00	0,0	0,0	0,0	650,00	100,0	Baixo	Alto
	16.891,21	0,4	0,0	0,0	16.891,21	100,0	Baixo	Alto

3.1.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O grupo congrega as contas representativas de meio-circulantes em forma pecuniária, dentre as quais destacamos as Aplicações, cujos saldos respondem praticamente pela totalidade do disponível da Autarquia. Sendo alocado R\$ 8.050,50 em Contas Movimento, e R\$ 425.845,18 em Aplicações Financeiras.

ATIVO	SALDOS		Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO		
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)			R\$	A/H (%)
ATIVO CIRCULANTE	1.361.952,23	33,1	1.276.912,00	30,8	85.040,23	6,7	Alto	Baixo
Caixa e Equivalentes de Caixa	433.895,68	10,5	90.616,54	2,2	343.279,14	378,8	Relativo	Alto

✓ Controles Internos

As contas de depósitos ou de aplicações são mantidas junto a instituições financeiras, são conciliadas mensalmente mediante o cotejamento do extrato bancário em contraposição ao razão contábil, de modo que as eventuais discrepâncias entre os saldos, decorrentes das flutuações normais do lapso temporal entre os de recebimentos, avisos de débitos ou créditos efetuados pelo banco e ainda não recebidos pela contabilidade, são apontadas e controladas em formulários/planilhas contendo o detalhamento das diferenças apuradas em cada conta, de modo a propiciar o acompanhamento das pendências até sua liquidação.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

O estudo e avaliação que efetuamos na movimentação dos bancos, ficou adstrito aos controles internos na área contábil e na validação dos referidos saldos. Dentre os principais procedimentos aplicados, destaca-se o exame da conciliação mensal em contraposição à movimentação ocorrida por meio dos extratos bancários em cotejados com ao razão contábil.

✓ **Constatações**

O exame efetuado nas conciliações revelou que todas as contas bancárias estão sendo conciliadas mensalmente e que os saldos registrados nas Demonstrações Contábeis são devidamente comprovados por extratos bancários oficiais.

Especificamente em relação ao saldo do encerramento do exercício, constatamos que, exceto pela **Conta BB Ag 1636-5 Conta 3659-5 (51)**, os demais valores consignados nas Demonstrações Contábeis correspondem aos saldos constantes nos extratos bancários, dispensando, portanto a conciliação bancária, já que não houve discrepâncias. Relativamente à conta cujo saldo do balancete não está de acordo com o extrato, a diferença está demonstrada abaixo:

Contas não conciliadas		
Conta	Razão	Extrato
1.1.1.1.2.01.11 - Banco do Brasil Ag. 1636-5 Poupança 3659-5 Var 51	425.812,45D	424.639,59

Constatamos, ainda, a existência de saldos no Passivo Circulante que possivelmente estão vinculados aos lançamentos não identificados nas contas bancárias. A utilização dessa técnica (realizando o registro nas contas de Banco em contrapartida de contas no Passivo Circulante) não consiste na melhor prática utilizada para essas ocorrências. Como citamos anteriormente, as divergências entre o Extrato e o Razão devem ser controladas por meios das Conciliações Bancárias, dessa forma, as discrepância entre os saldos estará devidamente justificada.

SalDOS possivelmente relacionados a divergencias no Banco	
Conta	Saldo
2.1.3.1.1.03 - Valor Deposito Indevido	1.214,92C
2.1.3.1.1.05 - Cheques e Valores a Compensar	24.672,92C

✓ **Opinião**

Os controles existentes nos pareceram suficientes para salvaguardar os ativos focados em cada procedimento, de modo que as fragilidades encontradas não comprometem o conjunto de saldos que compõem o Disponível do Regional.

Verificamos que os SalDOS de disponibilidades do Regional são mantido predominantemente em cadernetas de poupança. Portanto, salientamos aos gestores dos recursos financeiros do CRP 13 em relação ao desempenho/rentabilidade de suas aplicações quando comparadas à taxa referencial de juros (SELIC). Recomenda-se a análise contínua das posições de investimentos acerca dos desempenhos dos produtos aplicados e alternativas no mercado com mesmo grau de risco adotado pela política interna da entidade sobre as aplicações financeiras, objetivando maior desempenho financeiro das suas aplicações.

3.1.2 CRÉDITOS A CURTO PRAZO

Referido grupo revela-se importantíssimo do ponto de vista operacional porque registra importantes operações vinculadas à “Contribuições a Receber” e “Anuidades a Receber – Pessoa Jurídica e Pessoa Física”.

ATIVOS	SALDOS		Período		Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO CIRCULANTE	1.361.952,23	33,1	1.276.912,00	30,8	85.040,23	6,7	Alto	Baixo
Créditos a Curto Prazo	910.515,34	22,1	1.186.295,46	28,7	-275.780,12	-23,2	Alto	Alto
Anuidades do Exercício PF	-	0,0	-	0,0	-	-	Nulo	Nula
Anuidades do Exercício PJ	-	0,0	-	0,0	-	-	Nulo	Nula
Anuidades de Exercícios	872.336,02	21,2	1.145.530,65	27,7	-273.194,63	-23,8	Alto	Alto
Anuidades de Exercícios	25.400,05	0,6	27.354,48	0,7	-1.954,43	-7,1	Baixo	Baixo
Receitas Arrecadadas	12.779,27	0,3	13.410,33	0,3	-631,06	-4,7	Baixo	Baixo

✓ Procedimentos de Auditoria

Analisamos a progressão dos saldos até a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, para analisar a evolução das aludidas contas, como forma de mitigar os riscos operacionais, visto que o referido grupo contabiliza importantes operações vinculadas aos Recursos Financeiros a Receber.

Solicitamos ao Regional os documentos e/ou controles auxiliares relacionados às seguintes informações:

1. Registros de recebimento de anuidades no controle cadastral e financeiros dos profissionais inscritos no Conselho;
2. Razão Contábil e documentação de controle da arrecadação e recolhimento das receitas, discriminando e segregando os exercícios de origem;
3. Cálculos e remessas da Cota Parte, Cota Revista e Fundo de Seções realizados pelo CRP's, tanto do sistema compartilhado quanto do não compartilhado, compatibilizando os dados e registros do Regional com os do Conselho Federal;
4. Relação contendo nome e números de registro no CRP de profissionais inscritos na Dívida Ativa, discriminando composição e data do valor devido.
5. Controle relativo à inadimplência, à inscrição da Dívida Ativa, à execução fiscal e renegociações de débitos/dívidas;
6. Relação de contas/créditos de anuidade a receber em atraso por idade do crédito de até 30, 60, 90, 120, 180, 365 dias; e, 2, 3, 4, e 5 anos, respectivamente, bem como renegociações de débitos/dívidas ocorridas no exercício.

✓ Constatações

Constatamos, a partir da análise do controle intitulado “Razão Recebimento – Receitas Arrecadadas” que o Regional registrou as seguintes receitas, decorrentes de suas atividades:

Valores do Controle Auxiliar Razão Recebimento - Receitas Arrecadadas	
Conta	Saldo
6.2.1.2.1.02.01.01.001 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO	1.479.803,50
6.2.1.2.1.02.01.02.001 - PESSOAS FÍSICAS DO EXERCÍCIO ANTERIOR	301.104,33
6.2.1.2.1.02.02.01.001 - PESSOA JURÍDICA DO EXERCÍCIO	8.604,75
6.2.1.2.1.02.02.02.001 - PESSOA JURIDICA DO EXERCICIO ANTERIOR	450,71
6.2.1.2.1.05.01.01.001 - Pessoas Físicas (emolumentos com inscrições)	52.489,11
6.2.1.2.1.05.01.02.001 - Pessoas Jurídicas (emolumentos com inscrições)	1.115,89
6.2.1.2.1.05.02.01 - Profissionais - Pessoas Físicas (emolumentos-organizações Fi:	1.436,90
6.2.1.2.1.05.07.16.001 - Renda de Outros Serviços	235,60
6.2.1.2.1.08.01.01.001 - Dívida Ativa em Fase Administrativa	44.506,02
6.2.1.2.1.08.01.02.001 - Dívida Ativa em Fase Executiva	18.038,24
6.2.1.2.1.08.05.01 - Multas e juros sobre anuidades	41.049,78
Total da Receita Arrecadada	1.948.834,83

Como se observa, os registros acima se referem às contas de execução do orçamento, e estão diretamente relacionados aos registros contábeis, portanto são fontes que não fornecem segurança razoável acerca da regularidade dos registros contábeis, já que são a própria informação contábil. Portanto, seguimos nossas análises, no cruzamento do informações, a fim de obter evidência de auditoria apropriada e suficiente de que os saldos encontram-se livres de distorções relevantes.

Partimos, então, para a análise e validação dos saldos finais do Balanço Patrimonial. A fim de verificar se os valores registrados no encerramento do exercício correspondem ao total de anuidades não recebidas em 31 de dezembro. Para tanto, analisamos as planilhas de “Relação de Contas/Créditos a Receber em atraso por Idade do Crédito”, que se encontra segregada da seguinte maneira:

Créditos a Receber em atraso por Idade		
Conta	Saldo	Acumulado
De 30 a 60 Dias	20.040,06	20.040,06
De 60 a 90 Dias	17.225,64	37.265,70
De 90 a 120 Dias	37.145,56	74.411,26
De 120 a 180 Dias	55.701,47	130.112,73
De 180 a 365 Dias	308.569,18	438.681,91
De 365 a 730 Dias	567.360,65	1.006.042,56
Acima de 730 Dias	1.660.606,58	2.666.649,14

A planilha não distingue os créditos segundo a origem (Pessoa Física e Jurídica), e o valor total constante no controle auxiliar não está conciliado com os saldos contábeis. Conforme Balancete de Verificação, o total de Créditos a Receber no Ativo Circulante é de R\$ 897.736,07. Tal divergência pode ter sido gerado a partir das premissas outrora utilizadas pelo Regional, que encerrava as contas patrimoniais de Créditos a Receber no encerramento dos exercícios, interrompendo o registro histórico da informação contábil e a manutenção do direito junto aos credores.

Por essa razão, ainda que o Regional tenha passado a manter o registro dos créditos tributários no seu Ativo, as discrepâncias originadas em anos anteriores ainda é significativa para o total da exposição ativa do Regional.

✓ Opinião

É importante observar que as transações registradas nas contas de Créditos a Receber consistem no principal ponto de convergência entre as informações orçamentárias, financeiras e patrimoniais e estão diretamente relacionadas à atividade fim do Conselho.

A partir da análise dos demonstrativos contábeis, nota-se que a composição do saldo de Créditos de Anuidades a Receber está subdimensionada em razão do desconhecimento desses créditos em exercícios anteriores. Basta confrontar os relatórios auxiliares e constatar que há anuidades em aberto relativas aos anos de 2018 e 2019, por exemplo, todavia os saldos de anuidades a receber constantes nas Demonstrações Contábeis desses exercícios era inexistente.

Ressalta-se, ainda, a importância em se desenvolver metodologia para corrigir os valores registrados nas contas a receber por meio da constituição de Perdas Estimadas para o recebimento desses valores. O desenvolvimento de uma metodologia robusta está relacionado diretamente à confiabilidade das informações.

Como melhores práticas, sugerimos que sejam formalizados normas e manuais de procedimentos de cobrança de inadimplentes, detalhando os procedimentos administrativos para inscrição em dívida ativa, protesto de títulos, inscrição no CADIN e, se for o caso, nos bancos de dados e cadastros de consumidores (serviços de proteção ao crédito) mantidos por entidades privadas.

Perante as observações realizadas acima, é possível concluir que os controles internos contábeis relacionados aos saldos de Créditos a Receber apresentam distorções relevantes quando comparados aos dados subsidiários apresentados pelo Regional.

3.2 ATIVO NÃO CIRCULANTE

Referido grupo congrega as contas cuja realização é de lenta conversão, ou que registram bens destinados à operacionalização e consecução de seus objetivos. Aludido grupo surgiu com o advento da Resolução CFC n.º 1.437/13, que altera e inclui itens da NBC T 16.6 (R1) Demonstrações Contábeis. Precitado grupo representa **66,9%** da exposição ativa.

Apresentamos adiante a composição do saldo:

ATIVO	SALDOS				Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.752.733,82	66,9	2.862.667,92	69,2	-109.934,10	-3,8	Alto	Baixo
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.286.333,22	31,3	1.350.544,89	32,6	-64.211,67	-4,8	Alto	Baixo
Dívida Ativa Executiva	438.765,10	10,7	483.534,96	11,7	-44.769,86	-9,3	Relativo	Baixo
Dívida Ativa Judiciária	1.950.708,74	47,4	1.970.150,55	47,6	-19.441,81	-1,0	Alto	Baixo
(-) Perdas Estimadas	-1.103.140,62	-26,8	-1.103.140,62	-26,6	-	-	Alto	Nula
Imobilizado	1.455.810,28	35,4	1.501.532,71	36,3	-45.722,43	-3,0	Alto	Baixo
Bens Móveis	117.003,59	2,8	115.713,59	2,8	1.290,00	1,1	Baixo	Baixo
Bens Imóveis	1.418.433,00	34,5	1.418.433,00	34,3	-	-	Alto	Nula
(-) Depreciação Acumulada	-79.626,31	-1,9	-32.613,88	-0,8	-47.012,43	144,1	Baixo	Alto
Intangível	10.590,32	0,3	10.590,32	0,3	-	-	Baixo	Nula

3.2.1 REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

O grupo consolida os valores de Créditos inscritos em Dívida Ativa a Receber.

✓ **Procedimentos de Auditoria**

Os procedimentos de auditoria aplicados aos valores inscritos em Dívida Ativa consistem na mesma técnica aplicada aos Créditos a Receber consignados no Circulante, demonstrados no item 3.1.2 do presente Relatório.

✓ **Constatações**

Relativamente aos valores inscritos em Dívida Ativa, constatamos divergências significativas entre os valores contabilizados e os constantes nas Relações de Profissionais Inscritos em Dívida Ativa, conforme demonstramos:

Valores do Controle Auxiliar - Dívida Ativa		
Conta	Saldo/Razão	
1.2.1.1.3 - DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA	2.389.473,84D	935.217,45D
1.2.1.1.3.01.01 - Créditos de Dívida Ativa Administrativa	438.765,10D	-
1.2.1.1.3.01.02 - Créditos de Dívida Ativa Judicial	1.950.708,74D	-

Como se observa, a diferença entre a contabilidade e o Controle Auxiliar é de R\$ 1.454.256,39, sendo que no controle há o registro de 392 profissionais, e não há a segregação em Dívida Ativa Administrativa e Judiciária. Os valores incluem multa e juros.

Ainda na intenção de buscar compatibilidade entre os valores, realizamos a adição de todas as naturezas de Créditos a Receber (Pessoa Física e Jurídica, Do Exercício e de Exercícios Anteriores, Dívida Ativa ou não), a fim de identificar possível falha meramente formal na classificação desses créditos, mas não tivemos sucesso, pois, ainda assim, a divergência chegou a R\$ 314.656,68, conforme demonstrado:

Créditos a Receber/Dívida Ativa	Balanço	Controles
Ativo Circulante	897.736,07	2.666.649,14
Não Circulante	2.389.473,84	935.217,45
Total	3.287.209,91	3.601.866,59

Por fim, mas não menos importante, gostaríamos de informar que não tivemos informações acerca da metodologia aplicada pelo Regional para estimar as Perdas no Recebimento de Créditos inscritos em Dívida Ativa, e não recebemos as memórias de cálculo dessas “provisões”, restrições que consistem em escassez de evidência de auditoria, impossibilitando esses auditores de concluir que os saldos encontram-se livres de distorção relevante.

✓ **Opinião**

Baseado nas evidências acima expostas, é possível concluir que os controles internos contábeis relacionados aos saldos de Dívida Ativa e Créditos a Receber apresentam distorções relevantes quando comparados aos dados subsidiários apresentados pelo Regional.

3.2.2 ATIVO IMOBILIZADO

Embora sob o aspecto quantitativo o grupo não registre valores significativos, nele estão registrados os bens destinados à operacionalização e consecução dos objetivos da entidade. São ativos com potencial de prestação de serviços.

O ativo imobilizado representa praticamente a totalidade do saldo do ativo não circulante. E está composto da seguinte forma:

ATIVO	SALDOS		Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO		RISCO DE VARIAÇÃO	
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
ATIVO NÃO-CIRCULANTE	2.752.733,82	66,9	2.862.667,92	69,2	-109.934,10	-3,8	Alto	Baixo
Imobilizado	1.455.810,28	35,4	1.501.532,71	36,3	-45.722,43	-3,0	Alto	Baixo
Bens Móveis	117.003,59	2,8	115.713,59	2,8	1.290,00	1,1	Baixo	Baixo
Bens Imóveis	1.418.433,00	34,5	1.418.433,00	34,3	-	-	Alto	Nula
(-) Depreciação Acumulada	-79.626,31	-1,9	-32.613,88	-0,8	-47.012,43	144,1	Baixo	Alto
Intangível	10.590,32	0,3	10.590,32	0,3	-	-	Baixo	Nula

✓ Procedimentos de Auditoria

Selecionamos pelo razão contábil alguns bens, atentando para apropriação das aquisições, a integridade e posse dos bens, a fidelidade da documentação, a titularidade e propriedade em relação aos bens móveis, bem como atributos necessários ao tombamento, e tratamento contábil da depreciação em relação ao controle patrimonial existente e sua conciliação com a contabilidade, mediante procedimentos específicos para atender as Evidências de Auditoria.

✓ Constatações

O Regional realizou Inventário Anual do seu Acervo Mobiliário, conforme Relatório apresentado pela Comissão Permanente de Inventários em 31 de dezembro de 2020.

Confrontamos a movimentação devedora das contas do imobilizado em contraposição ao Relatório de Bens Adquiridos e ao Comparativo da Despesa Paga. O acervo mobiliários do Regional é restrito, e consiste basicamente não equipamentos necessários para o andamento das atividades administrativas do Regional, não apresentando graus de complexidade, materialidade e criticidade que demandem análises mais aprofundadas em relação ao controle desses ativos.

✓ Opinião

Pelas constatações observados, conclui-se que o controle patrimonial no Regional reflete a realidade, e as informações contábeis estão suportadas pelo registros realizados no sistema de controle patrimonial. Destaca-se que, pelo pequeno volume, valor e complexidade dos itens, a gestão eficiente do imobilizado pode ser alcançada sem demandar esforços demasiados pela Gestão do CRP.

Recomendamos que o Regional efetue o estudo para verificação da necessidade da aplicação dos seguintes procedimentos: i) Reavaliação de Ativos, ii) Determinação da Vida Útil dos bens, iii) Determinação do Valor Residual e iv) Amortização do Ativo Intangível. Caso fique evidenciada a

necessidade da aplicação de algum desses procedimentos, o Regional deve aplicá-los, de modo a refletir a realidade dos itens constantes do Imobilizado e Intangível.

Os controles internos aderentes aos saldos mantidos em Imobilizado e Intangível nos pareceram suficientes para salvaguardar tais ativos.

4. COMENTÁRIOS DAS PRINCIPAIS CONTAS PASSIVAS E DOS CONTROLES INTERNOS AFETOS AS MESMAS

4.1. PASSIVO CIRCULANTE

O passivo circulante representa **3,4%** do saldo total do passivo, apresentando uma variação negativa de **R\$ 90.167,31** equivalentes a uma diminuição de **39,3%** em relação ao exercício anterior.

Referido grupo do passivo, congrega as seguintes contas:

PASSIVO	SALDOS				Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)		
PASSIVO CIRCULANTE	139.379,84	3,4	229.547,15	5,5	-90.167,31	-39,3	Baixo	Alto
Obrigações Trabalhistas	6.215,49	0,2	16.461,53	0,4	-10.246,04	-62,2	Baixo	Alto
Empréstimos e Financiamentos	10.106,81	0,2	99.616,79	2,4	-89.509,98	-89,9	Baixo	Alto
Fornecedores	26.828,49	0,7	26.828,49	0,6	-	-	Baixo	Nulo
Obrigações Fiscais	1.130,00	0,0	586,45	0,0	543,55	92,7	Baixo	Alto
Obrigações a Outros Entes	3.385,85	0,1	3.385,85	0,1	0,00	0,0	Baixo	Nulo
Provisões a Curto Prazo	91.572,26	2,2	82.668,04	2,0	8.904,22	10,8	Baixo	Relativo
Demais Obrigações	140,94	0,0	0,00	0,0	140,94	100,0	Baixo	Alto

4.1.1. BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS A PAGAR

Representa as obrigações com Encargos Sociais (INSS, FGTS) do Regional.

✓ Procedimentos de Auditoria







Obtivemos Resumo de Proventos e Descontos, emitido do Sistema de Gestão de Recursos Humanos, aplicamos testes de auditoria nos cálculos dos encargos e contribuições sobre a folha de pagamento, em 100% do saldo do mês de dezembro de 2020, obtivemos também planilha elaborada pelo RH, solicitamos as Guias de Previdência Social - GPS e as Guias de Recolhimento do FGTS – GRF.

✓ Constatações

Constatamos que o INSS e o FGTS vêm sendo calculado corretamente, e seus recolhimentos vêm sendo efetuados regularmente.

4.2 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido representa **96,6%** do saldo total da parcela não exigível que resulta da equação patrimonial (ativo menos passivo).

PASSIVO	SALDOS				Variação 2020 x 2019		RISCO DE EXPOSIÇÃO	RISCO DE VARIAÇÃO
	Período Atual (R\$)	A/V (%)	Período Anterior (R\$)	A/V (%)	R\$	A/H (%)	< A/V >	< A/H >
TOTAL DO PASSIVO	139.379,84	3,4	229.547,15	5,5	-90.167,31	-39,3	Baixo 	Alto 
Resultados Acumulados	3.975.306,21	96,6	3.910.032,77	94,5	65.273,44	1,7	Alto 	Baixo 
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.975.306,21	96,6	3.910.032,77	94,5	65.273,44	1,7	Alto 	Baixo 

✓ Opinião

O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade da, já que a movimentação da conta é consubstanciada por poucas operações/lançamentos, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

5. ESTRUTURA DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Constatamos que a Estrutura das Demonstrações Contábeis do Regional, que compreendem o Balanço Patrimonial, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa apresentaram as seguintes desconformidades em relação ao que preceitua os normativos existentes e as melhores práticas contábeis adotadas no Brasil:

a) Ausência de apresentação dos Saldos do Exercício Anterior no Balanço Patrimonial

Na apresentação das Demonstrações Contábeis não foram apresentados, para fins de comparabilidade (característica imprescindível da informação contábil), os saldos contábeis relativos ao período anterior.

Essa obrigação “formal” para as Demonstrações Contábeis encontra-se expressamente prevista nos itens 53 e 54 da NBC TSP 11 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, de 18 de outubro de 2018:

A menos que uma norma permita ou exija de outra forma, a entidade deve divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente.

Além da previsão acima, encontramos guarida para a apresentação dos saldos anteriores, no item 4.2.1 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP, que apresenta a Estrutura do Balanço Patrimonial.

b) Ausência de Notas Explicativas

A Fundação deixou de apresentar Notas Explicativas, conforme previsto no item 8 da Parte V do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e nos itens 127 a 131 da NBC TSP 11 além de ser determinação explícita e obrigatório do Art. 176 da Lei 6.404/76:

§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

Conforme o MCASP, as Notas Explicativas são informações adicionais às apresentadas nos quadros das Demonstrações. São consideradas parte integrante das demonstrações. Seu objetivo é facilitar a compreensão aos diversos usuários. Portanto, devem ser claras, sintéticas e objetivas. Englobam informações de qualquer natureza exigidas pela lei, pelas normas contábeis e outras informações relevantes não suficientemente evidenciadas ou que não constam nas demonstrações.

6. SUPRIMENTOS DE FUNDOS E DESPESAS GERAIS DE DESLOCAMENTOS

Procedemos ao minudente exame das prestações de contas dos Suprimentos concedidos, atentando para a observância da legalidade pertinentes à contabilização, apresentação e discriminação, observando os principais dispositivos inerentes aos aspectos de nossa alçada.

De uma forma geral, não verificamos inconsistências que representam riscos significativos ao Conselho. Como sugestão de Boas Práticas a serem adotadas pela Autarquia, recomenda-se a capacitação do Pessoal envolvido com o processo de Suprimento de Fundos através de instruções, inclusive aos Agentes Supridos.

A Controladoria Geral da União disponibiliza em seu endereço eletrônico uma Cartilha com Perguntas e Respostas sobre Suprimento de Fundos e Cartão de Pagamento, que de forma bem didática esclarece dúvidas corriqueiras em relação ao assunto.

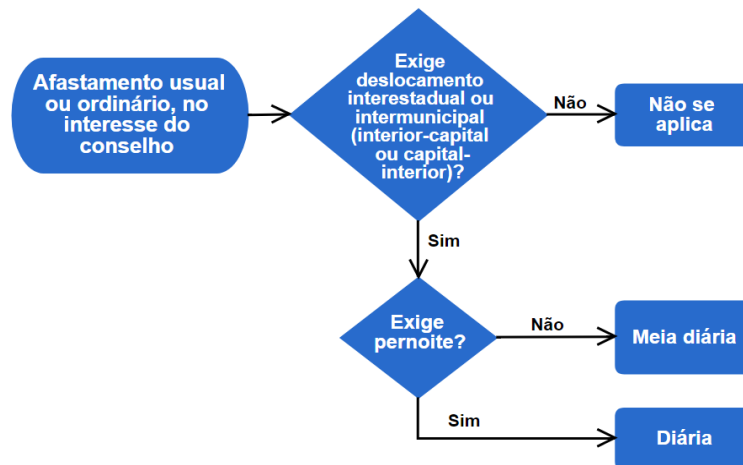
7. DIÁRIAS E JETONS

Diante da relevância do valor das despesas na rubrica “Diárias/Jetons – Conselheiros/Convidados”, avaliamos se o pagamento de Diárias, Jetons e Auxílio Representação estão de acordo com o Normativo emitido pelo Regional.

Esquematizamos, de forma resumida, a regra para concessão de cada rubrica.

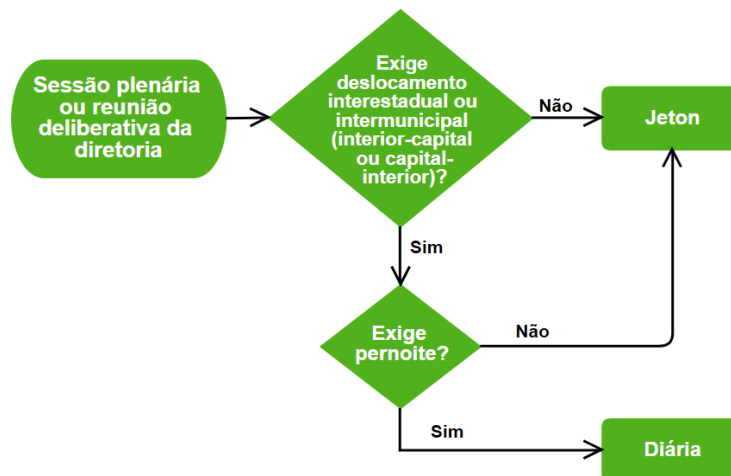
Diárias

O servidor que, a serviço, afastar-se da sede em caráter eventual ou transitório para outro ponto do território nacional ou para o exterior, fará jus a passagens e diárias destinadas a indenizar as parcelas de despesas extraordinária com pousada, alimentação e locomoção urbana, conforme dispuser em regulamento. (Redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)



Jetons

O pagamento de jeton deve se restringir às hipóteses de comparecimento a sessões de plenário e a reuniões de diretoria com caráter deliberativo (Acórdão 549/2011-TCU-2ª Câmara), razão pela qual é devido somente aos conselheiros, nas ocasiões em que não forem devidas diárias, conforme segue:



✓ **Opinião**

Constatamos que o Regional realiza, através da atuação da Comissão de Tomadas de Contas, do Encarregado do Setor Financeiro e do Assistente Contábil, o controle sobre a concessão de valores de ajudas de custos e diárias.

Analisamos as despesas com diárias e jetons dos diretores do conselho, as análises foram efetuadas de acordo com o normativo interno e a legislação em vigor que trata do assunto. Os controles internos nos pareceram suficientes para atender a necessidade de comprovação dos gastos analisados.

8. DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Cumprindo nosso programa de trabalho, efetuamos o prévio estudo e avaliação nos controles internos utilizados neste setor, e com base nos resultados alcançados, pudemos estabelecer os procedimentos de auditoria cabíveis nas circunstâncias, bem como da ocasião mais propícia, aplicando-os na extensão e profundidade necessárias, por amostragem nas folhas de pagamentos e guias de recolhimento de INSS, FGTS e PIS/PASEP dos meses de fevereiro, julho, setembro e dezembro. Examinamos a forma de admissão e demissão de pessoal.

- Verificamos como o pagamento do pessoal é realizado;
 - Auditamos a última folha de pagamento realizada efetuando testes de soma, diminuição dos descontos, cálculos do INSS, Imposto de Renda Retido na Fonte e outros julgados procedentes;
 - Analisamos as férias pagas;
 - Constatamos que entregou a RAIS em tempo hábil;
 - Constatamos que o Regional enviou a Declaração do Imposto de Renda Retido na Fonte;
 - Todos os funcionários passam pelo exame admissional e para um funcionário iniciar a trabalhar é necessário estar com toda documentação completa;
 - PCMSO – Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional;
 - PPRA- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais;
- ✓ **Integridade/Segurança**
A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento dos processos e procedimentos do Setor de Recursos Humanos e do reflexo nas contas aglutinadas nos grupos contábeis sob exame.
- ✓ **Opinião**
O controle interno em uso nos pareceu suficiente para atender a necessidade do Regional, já que a movimentação do Departamento de Recursos Humanos é consubstanciada por situações típicas do segmento, não havendo dificuldades que justifique uma ferramenta de trabalho mais complexa.

9. LICITAÇÕES

Análises, Procedimentos Específicos de Auditoria.

Visando avaliar o cumprimento da Lei 8.666/93 e demais dispositivos legais pertinentes aos procedimentos administrativos envolvendo contratação de serviços e compras diversas, solicitamos a relação dos processos licitatórios havidos, para com base em critérios estabelecidos no Planejamento de Auditoria, estratificamos aqueles que foram objetos de apontamentos, em proporções que passamos a demonstrar.

✓ **Base Legal Utilizada:**

1. Compor as comissões permanentes de licitação, conforme disposto no art. 51, caput, da Lei no 8.666/1993;
2. Constem as assinaturas devidas, em atendimento ao disposto art. 43, § 1o, in fine, da Lei no 8.666/1993;
3. Emissão de nota de empenho Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2001;
4. Acompanhar e fiscalizar o contrato, consoante o disposto no art. 67 da Lei no 8.666/1993;
5. Observe o correto sequenciamento das peças dos autos de processos licitatórios e a devida numeração sequencial das folhas, nos termos dos arts. 4o, parágrafo único, 38, caput e seus incisos, e 60, caput, da Lei no 8.666/1993, **Acórdão TCU 1257/2004 Plenário**;
6. Comprovante das publicações do edital resumido, na forma do art. 21 Lei 8.666;
7. O inadimplemento das obrigações trabalhistas, por parte do empregador, implica na responsabilidade subsidiária do tomador dos serviços artigo 71 da Lei no 8.666/1993;
8. Avaliação das propostas comerciais e das respectivas planilhas de composição do preço apresentadas pelas licitantes, a fim de evitar incorreta inclusão de custos e a consequente realização de pagamentos indevidos, em atenção ao art. 7o, § 2o, inciso II, da Lei no 8.666/1993;
9. A redução ou ampliação de quantidades está sujeita aos limites do art. 65, § 1º. A alteração da qualidade não poderá alterar substancialmente o objeto licitado;
10. Inexecução e rescisão do contrato, bem como das sanções em caso de inadimplemento, conforme estabelecem os arts. 54, §1o e 55 da Lei no 8.666/93;

✓ **Constatações**

Conforme controle de Processos Licitatórios Vigentes em 2020/2021, no exercício de 2021 não foram realizados novos procedimentos licitatórios para compras de materiais, ou contratação de serviços.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito aos processos licitatórios, em acordo com a legislação vigente. A metodologia aplicada pelo setor nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas no exercício sob exame.

Enfatizamos apenas para o uso da modalidade Dispensa de Licitação, uma vez que há outras modalidade possíveis, destacamos que a licitação visa à seleção da proposta mais vantajosa e que, em regra, a modalidade pregão na sua forma eletrônica permite maior competição entre os interessados em contratar e, conseqüentemente, a obtenção de menores preços, deve ser adotada sempre que possível.

10. OUTROS ASSUNTOS

Verificamos a execução do planejamento de ações e metas, no intuito de verificar se a execução financeira foi correspondente ao planejamento anual, atentando para possíveis alterações do planejamento e se estavam de acordo com a Proposta Orçamentária.

Verificação dos relatórios de acompanhamento das ações planejadas, feitos pela diretoria e coordenadores de comissões dos Conselhos, de forma quantitativa e qualitativas da gestão.

✓ **Opinião**

Como resultado de nossas verificações e análises consideramos os procedimentos básicos utilizados pelo Regional, no que diz respeito as ações e metas, em acordo com o planejado. A metodologia aplicada nos pareceu preencher todos os requisitos de integridade, segurança e tempestividade adequadas à função e funcionamento para registro das atividades desenvolvidas.

11. CONCLUSÃO

O presente relatório composto de 23 (vinte e três) páginas escritas apenas no anverso destina-se exclusivamente à finalidade definida no primeiro parágrafo do mesmo e a informar à Administração do **Conselho Regional de Psicologia – CRP PB**, acerca dos resultados alcançados no trabalho de estudo e avaliação dos controles internos e dos detalhes inerentes ao trabalho efetuado, não devendo ser utilizado para nenhum outro fim, e tampouco distribuído a terceiros, sendo apresentado os pontos de fragilidades detectados como resultado dos procedimentos de auditoria aplicados descritos no item 1.6 do presente relatório, em cumprimento ao Termo de Referência, anexo I ao Edital.

João Pessoa/PB, 30 de agosto de 2022.



AUDIMEC – AUDITORES INDEPENDENTES S/S

CRC/PE 000150/O

Luciano Gonçalves de Medeiros Pereira

Contador - CRC/PE 010483/O-9 “S”PB

Sócio Sênior


Phillippe de Aquino Pereira
Contador - CRC/PE 028157/O-2 “S”PB


Thomaz de Aquino Pereira
Contador – CRC/PE 021100/O-8 “S”PB





AUDIMEC

AUDITORES INDEPENDENTES

AV. GOV. AGAMENON MAGALHÃES, 2615 - 15º ANDAR

RECIFE - PE

 CEP 50.050.290

 (81) 3338.3525

www.audimec.com.br